

União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2018**

----- ACTA NÚMERO 18 -----

Aos dezoito dias mês de julho de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, estando presentes a Senhora Secretária Ana Lúcia Fernandes Figueiredo Dias, a Senhora Tesoureira Sara Margarida da Silva Ribeiro, o Senhor Vogal Américo Francisco Fernandes Ramos, o Senhor Vogal Mário Luís Mendes e a Senhora Vogal Paula Cristina de Oliveira Soares. O Senhor Vogal João Paulo Gomes encontra-se ausente por motivos profissionais tendo a sua ausência sido justificada pelo Senhor Presidente. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira deu início à décima oitava reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 - Informações -----
- 2 - Posição Financeira -----

Ordem do Dia: -----

1. Proposta de Deliberação N.º 80/2018 - Concessão a Título Perpétuo da 3ª Parte do Compartimento N.º 17-B do Ossário N.º 12; -----
2. Proposta de Deliberação N.º 81/2018 - Acordo Coletivo de Empregador Público entre a

União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins; -----

3. Proposta de Deliberação N.º 82/2018 – 8ª Alteração Orçamental de 2018 e 2ª Alteração ao PPI; -----

4. Proposta de Deliberação N.º 83/2018 – Renovação do Contrato de Delegação de Competências (contrato interadministrativo), n.º 101/2015 e acordo de execução nº 102/2015 celebrados entre o Município de Oeiras e a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas em 15 de maio de 2015. -----

Ponto – Um – Informações -----

--- Mencionado pelo presidente foram a realização dos seguintes: -----

Anuncia-se a falta de funcionários em equipas da sede e da rua, devido ao período de férias que se aproxima. -----

Iremos proceder ao tratamento do problema das ervas daninhas com aplicação de sal ao longo de dois anos por todas as ruas na zona. -----

Nos dias 27, 28 e 29, irão realizar-se as Festas de Nhu Santiago, festas tradicionais do Bairro dos Barronhos. -----

Daremos início à Semana de Praia, entre dos dias 23 e 27, atualmente já contamos 55 inscrições. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 04 de Julho de dois mil e dezoito e o dia 17 de Julho de dois mil e dezoito, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 82.873,22 € (oitenta e dois mil oitocentos e setenta e três euros e vinte e dois cêntimos); em caixa 2.842,73 € (dois mil oitocentos e quarenta e dois euros e setenta e três cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 85.715,95 € (oitenta e cinco mil setecentos e quinze euros e noventa e cinco cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 85.086,66 € (oitenta e cinco mil e oitenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de

34.816,95 € (trinta e quatro mil oitocentos e dezasseis euros e noventa e cinco cêntimos). -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 80/2018 -----

Na sequência da Informação Nº 380/2018 do Setor de Cemitério, foi solicitada pela Senhora Ana Bela de Brito Pelerigo Silva Cardoso a concessão a título perpétuo da 3ª Parte do compartimento N.º 17-B do Ossário N.º 12 para colocar as cinzas do seu irmão, João Manuel de Brito Pelerigo. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. A concessão a título perpétuo da 3ª Parte do Compartimento Nº 17-B do Ossário Nº 12, à Senhora Ana Bela de Brito Pelerigo Silva Cardoso para depositar as cinzas do seu irmão, João Manuel de Brito Pelerigo. -----

Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º81 /2018 -----

A Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas rececionou a comunicação do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, com a ref.ª 478/18 de 27 de Fevereiro de 2018, onde solicitavam agendamento de reunião para apresentação do ACEP – Acordo Coletivo de Empregador Público. -----

A Constituição da República Portuguesa consagra no artigo 56º o direito de contratação coletiva, estabelecendo o direito de associação sindicais e entidades empregadoras regularem coletivamente as relações de trabalho, dentro dos limites fixados na Lei. -----

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante abreviadamente designada por LFTP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, prevê nos artigos 13º e 14º, que determinadas matérias possam ser objeto de regulamentação coletiva de trabalho, concedendo o artigo 364º legitimidade às Freguesias para conjuntamente com as associações sindicais celebrarem acordos coletivos de empregador público, também designados por ACEP. -----

Atendendo às especificidades dos serviços que esta União de Freguesias presta aos seus municípios e utentes, e ainda os meios que deve dispor para prossecução dos objetivos,

importa salvaguardar os direitos dos trabalhadores necessários à sua realização, permitindo uma maior conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional, elevando os níveis de motivação no desempenho das suas funções. -----

Neste sentido, no passado dia 5 de Julho, o signatário reuniu-se com os dirigentes do STAL para análise e discussão do referido acordo. -----

Assim e após análise, esta Junta de Freguesia pretende assinar o referido acordo – ACEP com o STAL, nomeadamente na atribuição aos seus trabalhadores o seguinte: -----

- Mais 3 dias de férias para além do período mínimo de 22 dias úteis que detêm; -----

- Quando ocorrer o falecimento de um familiar do trabalhador em linha colateral em 3º grau (tio, tia, sobrinho ou sobrinha) o trabalhador tem direito ao dia do funeral, sem perda de remuneração; -----

- Dispensa do serviço no seu dia de aniversário, sem perda de remuneração. Nos casos que por motivos de serviço não seja possível o gozo da dispensa de serviço no próprio dia de aniversário, ou no caso do dia de aniversário recair em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, ou em dia de feriado, será concedido ao trabalhador um dia alternativo de dispensa. -----

- Para além dos feriados obrigatórios os trabalhadores têm direito a gozar o feriado municipal, bem como a terça-feira de Carnaval. -----

Neste sentido, propõe-se: -----

1. A celebração do Acordo Coletivo de Empregador Público entre a União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (em anexo);-

2. A publicação do acordo – ACEP, em Diário da República. -----

3. Que o presente acordo entre em vigor no dia seguinte ao da publicação. -----

Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 82/2018 -----

O Orçamento da União das Freguesias de Carnaxide – Queijas para 2018 se Consubstancia num conjunto de Rubricas de Despesas Corrente e de Capital. -----

Algumas destas rubricas consubstanciam-se em Ações – PPA, valorizadas em função das necessidades previstas para 2018, tanto no que respeita a rubricas da despesa corrente, como em códigos de PPI (associadas a rubricas de despesa e capital). -----

Face a uma questão que se pretende analítica e periódica, reforçando rubricas que, pela sua natureza são necessárias reforçar, esta alteração tem como principal fundamento, a dotação das rubricas correspondentes ao apoio as Assembleias de Freguesia nomeadamente no som gravação de áudio e o seu funcionamento, à necessidade de aquisição arcas congeladoras para o programa de ajudar alimentar POAPMC e acerto das rubricas relacionadas com os Contratos de Emprego Inserção. -----

A 8ª alteração orçamental encontra-se formulada no âmbito das regras em vigor no POCAL, e demais legislação em vigor, nos termos legais, podendo a mesma ser submetida ao Executivo para competente deliberação, nos termos do disposto na alínea b) do ponto 1 do artº 16º da Lei nº 75/2013 de 12 Setembro. -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. 8ª Alteração Orçamental que importa no montante de 16.590,00 € (dezasseis mil quinhentos e noventa euros) e a 2ª Alteração ao PPI que importa no montante de 1.200,00 € (mil e duzentos), conforme mapas em anexo. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º83 /2018 -----

Por deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de 20 de junho de 2018 titulada pela proposta nº 398/2018 foi decidido renovar todos os contratos de delegação de competências [Contratos Interadministrativos] e bem assim os acordos de execução, de entre os quais o que havia sido celebrado com esta Junta de Freguesia no anterior mandato autárquico em 15 de maio de 2015. -----

Na mesma deliberação foi igualmente aprovada a reprogramação financeira (mapas financeiros) para o período de 2018 a 2021 e a consequente transferência de verbas que corresponde ao envelope financeiro para o atual mandato. -----

A deliberação em causa foi posteriormente submetida à Assembleia Municipal que dela tomou conhecimento em sessão se 9 de julho de 2018. -----

1. Direito -----

A descentralização de competências municipais nas juntas de freguesia ocorre por via legislativa ou por via contratual (delegação de competências). A lei prevê dois tipos de delegações: a delegação “tradicional”, que se concretiza através da celebração de

contrato interadministrativos; e as delegações legais que se concretizam através de acordos de execução). -----

A delegação legal configura uma transmissão de competências cuja concretização está dependente (ou sujeita à condição suspensiva) de um acordo de execução entre o município e a freguesia. (artigos 132º e ss. Da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro) -----

Nos termos do artº 134º a delegação legal de competências concretiza-se e é eficaz com entrada em vigor do respetivo acordo de execução (v. nº2 do artº 134º da Lei nº 75/2013) -----

Na delegação legal há uma obrigação de meios das autarquias locais de desenvolverem esforços de negociação com vista à obtenção do acordo de execução, o qual carece de deliberação favorável dos órgãos competentes de cada uma das autarquias. -----

Já quanto à delegação de competências por via de contratos interadministrativos a descentralização de competências municipais (que não as previstas no artº 132º) dependem da celebração de contratos interadministrativos (artigos 120º a 123º, 135º e 136º da lei nº 75/2013) e são totalmente livres quanto à negociação e concretização. ---

Dentro do limite das vinculações legais e ao fazer depender a concretização da delegação legal de um acordo a alcançar entre as duas autarquias, a lei concede margem de decisão quer no município, quer à freguesia, para definir por vontade comum de ambas as entidades o conteúdo de acordo. -----

No caso em apreço e tal como resulta da fundamentação das deliberações dos órgãos executivo e deliberativo do município já referidas, pretende-se que a junta de freguesia e a assembleia de freguesia deliberem renovar os contratos pelos anos de 2018 a 2021 e a correspondente despesa plurianual que lhe está associada. -----

Com efeito, a renovação contratual equivale à reconstituição, no termo do prazo e em iguais moldes ou próximos, do complexo originalmente inscrito no contrato inicial, ao passo que a prorrogação contratual se contém na mera modificação do prazo de vigência do contrato inicial, adotado em momento contemporâneo ou prévio ao termo deste. -----

Alias, em sede de contratação pública, mostra-se juridicamente possível a ampliação da vigência dos contratos [pela via da prorrogação ou renovação contratuais], embora condicionada por limitações de ordem legal e principialista vertidas, a título de exemplo, nos artigos 282º, 410º e 440º do código dos contratos Públicos (CCP) aplicável por força do artº 338º do CCP e nas normas especiais de aplicação prevalente dos artigos 123º, 129 e 134º da Lei nº 75/2013) [acórdão do tribunal de Contas n 5/2012 – 17/12/2012 – 1ª Secção/SS – Procº 1855/2011] -----

Encontrando-se pendente de visto do tribunal de Contas os contratos que titulam as prorrogações em causa, necessário se torna a vontade expressa dos órgãos da Freguesia nesse sentido, documentos que instruirão o processo de fiscalização prévia em conformidade com estatuído no artº 46º da Lei de Organização e processo do Tribunal de Contas (LOPTC) aprovada pela Lei nº 98/97, de 26 de agosto na sua redação atual. ---

2. Conclusão -----

Nestes termos: -----

- Considerando a vontade concorde de ambas as partes outorgantes no sentido de renovar o contrato interadministrativo nº 101/2015 e o acordo de execução nº 102/2015 celebrados em 15 de maio de 2015 com a reprogramação financeira constante dos documentos em anexo e que aqui se dão por reproduzidos; -----

- Considerando que a ampliação das vigências dos contratos acautela o interesse público posto por lei a cargo de ambas as autarquias, com ganhos na eficiência da gestão dos recursos e ganhos de eficácia do exercício das competências por esta União de Freguesias através de uma resposta rápida e direta às necessidades dos fregueses; -----

Considerando que se torna necessário obter a pronúncia expressa dos órgãos executivo e deliberativo da Freguesia com competência autorizativa para esse efeito, propõe-se que a Junta de Freguesia delibere favoravelmente o seguinte: -----

a) Aprovar a renovação contratual do contrato interadministrativo e do acordo de execução de 15 de maio de 2015 para os anos 2018 a 2021, nos termos e pelos fundamentos que a antecedem; (artº 16º, nº 1 al. j) da Lei nº 75/2013 -----

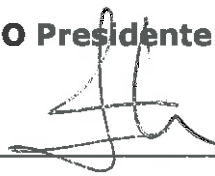
b) Submeter à próxima sessão da Assembleia de Freguesia a presente proposta nos termos do artº 9º, nº 1 al. g) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro tendente à sua autorização. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 18h50m. -----

O Executivo
O Presidente



(Inigo Pereira)

A Secretária



(Ana Lúcia Dias)

A Tesoureira



(Sara Ribeiro)

O Vogal



(Américo Ramos)

O Vogal



(Mário Mendes)

A Vogal



(Paula Soares)